

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.072 - MG (2019/0168091-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : SANTO ALVES MARTINS NETO (PRESO)
ADVOGADO : LEONARDO GUIMARAES PASSOS - MG084564
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

SANTO ALVES MARTINS NETO alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 0377333-54.2019.8.13.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 19/2/2019, com **5 buchas de maconha e 12 pedras de crack, além de R\$1.140,00 em espécie, duas lâminas, dois rolos de papel filme e uma tesoura**. A prisão foi convertida em preventiva, pela suposta prática de tráfico de drogas, o que ensejou a impetração de habeas corpus, denegado pela Corte estadual.

A defesa aduz que não há elementos concretos a justificar a medida mais gravosa, sobretudo porque o acusado é primário e sem antecedentes criminais, possui ocupação lícita e residência fixa.

Requer, em liminar e no mérito, a liberdade do do recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de urgência comporta acolhimento.

Verifico que o Juízo de primeira instância, ao converter a custódia em preventiva, registrou (fl. 46, grifei):

Como se não bastasse, do APFD se infere a necessária existência de indícios suficientes de materialidade e autoria. Vê-se que para apurar denúncia de tráfico de drogas no local, os policiais para lá se deslocaram e no local **encontraram cinco buchas de maconha e R\$1.140.00. Como a denúncia também informava que o acusado Santo esconde drogas e produtos de furto em uma mata em frente ao barracão ocupado por ele, os policiais realizaram buscas também na mata e lá encontraram doze pedras de crack**. O corréu Davi é da

comarca vizinha de Sacramento, onde foi condenado por tráfico de drogas e estava ali para auxiliar Santo no tráfico, ou seja, segundo nos parece e é até aqui relatado, também alvoroça a ordem pública com a soltura. Convenha-se, avilta à ordem pública, aos cânones sagrados do processo, e ao fim maior do Direito, que é a pacificação social, sua soltura precoce.

Com efeito, a primariedade e os bons antecedentes dos acusados não podem servir-lhe como carta branca para a suposta prática de crimes, nem por si só admitem a concessão de sua liberdade provisória sem embargo das demais circunstâncias atinentes à espécie e que devem ser pesadas em uníssono pelo julgador.

Verifico, aqui, que estão de fato vigentes os requisitos da prisão preventiva elencados no art. 312 do CPP, visíveis aqui vários deles: **indícios suficientes da autoria delitiva; clamor público diante de tão grave crime; conveniência da instrução criminal diante das provas ainda por serem colhidas e que certamente tornariam o crime de difícil elucidação com os réus soltos e as testemunhas à sua mercê; bem como a prova da existência de crime grave, que aqui por enquanto restringe-se à materialidade do delito**, já insinuada com a confecção do laudo toxicológico de constatação que positiva a existência de droga proscrita.

O crime é grave e vem repercutindo desgraçadamente sobre toda a sociedade local, notadamente sobre a camada mais jovem da população. Nossa juventude que hoje em dia se tornou refém e principal alvo da sanha criminosa aqui narrada. A sociedade está apavorada com condutas como a descrita nos autos, tornando inolvidável a existência da abalo social decorrente de uma ideia de impunidade decorrente da preservação da liberdade do suspeito diante da prática de delito tão ostensivamente incômodo aos cidadãos honestos e às famílias ordeiras.

Os acusados orbitam o mesmo mundo das testemunhas e provas deste processo. É impossível garantir-se uma instrução criminal hígida, com provas obtidas de maneira tranquila e imparcial, com o acusado solto a conviver com testemunhas. Até como garantia para a instrução criminal, é impossível soltar, aqui.

Verifico que, embora o Magistrado de primeira instância haja especificado a materialidade do delito e os objetos apreendidos no momento do flagrante, **não apresentou nenhum elemento concreto dos autos** que

pudesse justificar a custódia do acusado quanto a garantia da ordem pública, da instrução criminal ou da aplicação da lei penal.

Ademais, uma vez que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa, que o paciente é tecnicamente primário e a quantidade de drogas apreendidas não foi tão expressiva (1,46g de crack e 20,96g de maconha), entendo que a manutenção da custódia provisória do acusado é indevida.

Concluo, assim, ter havido **restrição à liberdade do paciente sem a devida fundamentação** que demonstrasse a exigência cautelar justificadora da custódia, o que impõe o deferimento do pedido de urgência, sob pena de essa prisão perder sua natureza excepcional e se transformar em mera resposta punitiva antecipada.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para assegurar que o paciente aguarde em liberdade o julgamento final deste habeas corpus, se por outro motivo não estiver preso.

Fica, no entanto, ressalvada a possibilidade de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade, ou de imposição de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, **solicitando-lhes informações pormenorizadas.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**